



OBSER
VATÓRIO
DA BRAN
QUITUDE

GLOSSÁRIO DE TERMOS

BRANQUITUDE

BRANQUITUDE

BRANQUITUDE E RELAÇÕES

RACIAIS

EXPEDIENTE

Pesquisa e Redação

Nayara Melo

Revisão Geral

Carol Canegal

Revisão técnica

Ábia Marpin

Observatório da Branquitude

Manuela Thamani - Co-diretora executiva

Thales Vieira - Co-diretor Executivo

Carol Canegal - Coordenadora de pesquisa

Juliana Gonçalves - Especialista em Comunicação

Nayara Melo - Analista de Pesquisa

Monique Borges - Analista Financeira

COMO CITAR:

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE (ODB). **Glossário de termos - branquitude e relações raciais**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: nov. 24, 31 pp.

INTRODUÇÃO



Este glossário reúne 39 termos caros aos estudos críticos da branquitude e das relações raciais. Sem a pretensão de esgotá-los, ou mesmo de ser exaustiva, a publicação pioneira organizada pelo Observatório da Branquitude procura oferecer, em um só material, um conteúdo técnico-conceitual acessível por meio de um conjunto de categorias e definições relevantes no campo. Seu objetivo é municiar o público leitor de informações em linguagem simples e objetiva para a ampla compreensão sobre o sistema da branquitude, suas complexidades, seus expedientes e efeitos. O glossário, portanto, nasce com a vocação de ser uma ferramenta prática para a utilização de estudantes, professoras/es, pesquisadoras/es e demais interessados no debate sobre identidade racial branca, relações de poder e desigualdades raciais. Além das definições dos verbetes conceituais elencados, o Observatório da Branquitude disponibiliza o referencial teórico mobilizado na elaboração do glossário.

A

AÇÕES AFIRMATIVAS

Ações programáticas de instituições públicas ou privadas, que visam oferecer recursos, assistência e/ou proteção como estratégia de reparação de assimetrias históricas e/ou estruturais no acesso a direitos de determinados grupos sociais. A história das ações afirmativas perpassa os países da Índia, África do Sul e Estados Unidos, com a promulgação de leis e políticas que permitiam condições de disputa menos díspares e reserva de vagas para grupos sociais em desvantagem. No Brasil, as ações afirmativas foram amplamente conhecidas e escrutinadas através da modalidade de reserva de cotas de vagas para o ensino superior público. Inicialmente, através da autonomia universitária no começo dos anos 2000, universidades como UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), UnB (Universidade de Brasília) e UNEB (Universidade Estadual da Bahia) aprovaram cotas para estudantes de escola pública, de renda mínima e pessoas negras. Após alguns anos, outras universidades replicaram políticas semelhantes. No ano de 2012, a partir da aprovação da Lei nº 12.711, houve a regulamentação das cotas no ingresso em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Em 2014, a Lei nº 12.990 regulamentou a reserva de 20% das vagas em concursos públicos.

AMBIENTAL, RACISMO (sub.)

Intersecção entre discriminação racial e desigualdade no acesso aos recursos ambientais e/ou impacto da exploração predatória do meio ambiente. Atribuído a Robert Bullard (1993), o conceito associa a exploração de terras a partir de uma abordagem colonial (branca), sem considerar povos originários dessas localidades exploradas. Exemplos da aplicação do conceito são as disputas por demarcação de terras indígenas e quilombolas, como também a desapropriação de terras e locais periféricos que sofrem por interferências de grandes empresas e descaso do Estado. Atualmente, contudo, o conceito ganhou amplitude e serve para sublinhar como determinados grupos são desproporcionalmente afetados por questões ambientais adversas devido a injustiças históricas, estruturas sociais e políticas discriminatórias.

AMEFRICANIDADE

A categoria centraliza a experiência afrodescendente como ponto crucial na construção das Américas, em um resgate de uma herança proveniente do continente africano como uma chave de interpretação histórico-cultural, especificamente sobre a formação do Brasil. A pensadora Lélia Gonzalez, ao trazer o conceito de amefricanidade, reorganiza os eixos formativos da população brasileira ao destacar que a sociabilidade neste território decorre de uma influência negra diaspórica nítida na linguagem, alimentação, música e em outros aspectos culturais. Consiste, assim, em uma crítica à matriz branco-europeia colonial como único paradigma explicativo para a formação do país.

ANTICOTAS

Posicionamento contrário às políticas de cotas, especialmente à reserva de vagas para pessoas negras. Esta postura é identificada em discursos públicos, seja em textos publicados por jornais de alcance nacional como O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, seja no teor de Projetos de Lei (PLs) que visam a modificação ou revogação da Lei nº 12.711/2012 (que regulamenta as cotas no ingresso em universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio). O posicionamento contrário às cotas justificado por argumentos racializados pode ser lido como um posicionamento racista, como demonstrado em diversas pesquisas.

ANTIRRACISMO

Postura contrária ao racismo que representa um avanço tendo em vista que prevê não apenas a negação, mas também o combate ativo ao racismo em suas diversas expressões. O termo aparece originalmente em programas e políticas de reversão a leis de segregação racial nos Estados Unidos, como Jim Crow, e do *apartheid* na África do Sul. A partir dos anos de 2010, o termo se popularizou, e tem sido adotado como estruturante de movimentos negros com a reivindicação de posturas ativas contra o racismo.

B

BRANCO BRASILEIRO

O termo "branco" brasileiro refere-se àqueles indivíduos que são identificados como pertencentes ao grupo étnico-racial branco dentro do contexto brasileiro. A utilização das aspas para a palavra branco indica um tipo branco que provém de uma origem mestiça, mas socialmente reinvidica o status social de um "branco europeu". No entanto, é importante notar que, no Brasil, o conceito de "branco" pode ser influenciado por uma série de fatores culturais, históricos e sociais, e pode variar em diferentes regiões do país. Guerreiro Ramos (1957), ao discutir a patologia social do branco brasileiro (ver verbete "Patologia social do branco brasileiro"), observa um conflito entre a realidade mestiça e a aspiração dos indivíduos brasileiros brancos por uma identidade branca idealizada. Segundo sua percepção, há uma estranheza no comportamento desses indivíduos ao tentarem se distanciar de sua natureza mestiça. Contudo, Guerreiro Ramos ressalta que, para países de herança anglo-saxônica, as pessoas brancas brasileiras não seriam vistas como brancas.

BRANCURA

O conceito, introduzido por Guerreiro Ramos em 1957, aborda a atribuição da qualificação de "ser branco", frequentemente ligada a características fenotípicas e aparência. O autor explora como os conceitos e símbolos associados à brancura são frequentemente vinculados a uma identidade branca que é percebida como um ideal de poder e legitimidade social, formando uma espécie de "tipo ideal" de identidade. Esse "tipo ideal" de identidade é caracterizado pelo padrão europeu ou semelhante, considerado socialmente aceitável, enquanto outras identidades, como a negra e outras não brancas, são muitas vezes desvalorizadas ou marginalizadas.

BRANQUIDADE

Nos estudos de Steve Garner (2007), o conceito de branquidade (whiteness) não é formalmente definido, mas é analisado como um aspecto de dominação e poder na racialização do indivíduo branco. Garner propõe quatro eixos de análise: "terror e supremacia; invisibilidade ou falta, e visibilidade ou presença; normas, valores e capital cultural; e hierarquias contingentes" (Feres Jr., 2015). Na obra de Guerreiro Ramos (1957), a branquidade e brancura são tratadas como sinônimos conceituais.

BRANQUITUDE

Posição ou lugar racial de privilégio em contextos sociais, econômicos e políticos, independentemente da consciência racial, visto que o indivíduo branco é frequentemente percebido como a norma universal de humanidade. Este termo surgiu da compreensão do branco como uma posição racializada, mas socialmente vista como a essência da humanidade. Originário dos estudos críticos de branquitude (critical whiteness studies), popularizados nos Estados Unidos durante os anos 1990, o conceito foi estabelecido no Brasil através das pesquisas de Cida Bento (2002).

BRANQUITUDE ACRÍTICA

A "branquitude acrítica", termo apresentado por Lourenço Cardoso (2010), é uma posição de pessoas brancas que não se manifestam contrárias ao racismo, percebendo-se superior a outras etnias e raças. O adjetivo "acrítica" qualifica a branquitude como um lugar de privilégios incapaz de admitir o próprio preconceito racial, conservando práticas e elementos de supremacia branca valorizados como fundantes de uma leitura histórica e visão de mundo embranquecidas, excludentes. Isso implica em atribuir características de diferença, negativas a grupos não brancos, enquanto a normalidade e humanidade são associadas aos brancos (ver verbete "*Branquitude crítica*").

BRANQUITUDE CRÍTICA

A "branquitude crítica" corresponde à posição de pessoas brancas que se colocam publicamente contrárias ao racismo, considerando não só os prejuízos relegados a pessoas negras, mas também os seus próprios privilégios. Em aplicação ao período histórico da Segunda Guerra Mundial, o conceito de Lourenço Cardoso (2010) objetiva demonstrar que essa branquitude crítica se posicionou contrária e em repúdio ao holocausto (ver verbete "*Branquitude acrítica*").

BRASILEIRA BRASILEIRA, RACISMO À (sub.)

O termo "racismo à brasileira" descreve a forma peculiar de manifestação do preconceito racial na sociedade brasileira. Cunhado por Edward Telles em seu livro homônimo (2003), refere-se à animosidade presente nas relações sociais, nas quais o racismo é um fato subentendido, não explicitamente reconhecido. Isso retira a responsabilidade do agente racista, já que as ações preconceituosas não são manifestadas de forma direta, mas são compreendidas nas entrelinhas dos acontecimentos. Essa dinâmica permite que o racismo se perpetue, mesmo sem ser amplamente reconhecido ou questionado. Exemplos incluem piadas de teor racial depreciativo e a exclusão de pessoas negras de posições importantes do ponto de vista social. Essa concepção é apoiada por estudos sociológicos e antropológicos sobre o racismo e as relações raciais no Brasil. Dentre eles, destacam-se as obras de Kabengele Munanga, como "Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra" (1999), e as pesquisas de Lilia Moritz Schwarcz, como "O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)" (1993). Estes estudos contribuem para a compreensão das complexidades do racismo no contexto brasileiro e corroboram a existência do fenômeno do "racismo à brasileira".

COLONIALIDADE

A colonialidade, termo cunhado pelo sociólogo chileno Aníbal Quijano (1992), refere-se à aculturação de povos promovida pela ação incisiva dos sujeitos colonizadores sobre as populações nativas. Trata-se de um processo no qual os indivíduos colonizadores, predominantemente brancos europeus, impõem seus modos e formas de agir nos territórios do sul global, independentemente das tradições e culturas locais. Essa imposição resulta na construção de uma valorização cultural do que foi trazido pelas potências colonizadoras, enquanto as tradições e culturas dos povos colonizados são frequentemente diminuídas e desvalorizadas. Mignolo (2017) associa a colonialidade a uma visão de modernidade, na qual o que é considerado moderno está intrinsecamente ligado ao legado dos indivíduos colonizadores, ao passo que as tradições dos povos colonizados são vistas como arcaicas. Essa relação entre colonialidade e modernidade reflete-se não apenas na esfera cultural, mas também em aspectos políticos, econômicos e sociais das sociedades colonizadas.

DESUMANIZAÇÃO

Processo pelo qual determinados grupos sociais são privados de sua humanidade, sendo tratados como inferiores ou não merecedores de consideração moral e dignidade. A desumanização pode se manifestar de várias formas, como discriminação racial, exclusão social, violência institucional e outras práticas que negam aos indivíduos seus direitos básicos e sua igualdade de condições. De acordo com Silvio Almeida (2014), a desumanização é uma estratégia de dominação utilizada para justificar a opressão e a exploração de grupos marginalizados, perpetuando assim as desigualdades sociais e raciais.

DIVERSIDADE BRANCA

Na perspectiva de uma compreensão racial a partir da mestiçagem no Brasil, a "diversidade branca" aborda uma variedade de nuances dentro do grupo racial das pessoas brancas. Lia Schucman (2012) explora essa diversidade ao categorizar diferentes grupos de identidade racial branca. São eles: "encardido", uma categoria intermediária entre branco e negro, frequentemente utilizada de forma pejorativa para designar pessoas com traços de ascendência negra, mas que ainda possuem uma pele mais clara; "branco", uma categoria que engloba uma ampla gama de pessoas com diversas características físicas, mas que são socialmente reconhecidas como brancas. E o "branquíssimo", uma categoria ainda mais privilegiada dentro da branquitude, caracterizada por uma pele extremamente clara e por traços físicos que se aproximam do padrão de beleza eurocêntrico, sendo os indivíduos que ocupam as posições mais altas na hierarquia racial e social. A diversidade branca também pode ser observada e classificada com base em outros fatores, como gênero, status social, renda e território. Uma obra que aborda a questão da branquitude no contexto do Nordeste do Brasil é o livro "O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista", de Abdias do Nascimento. Embora o foco principal do livro seja o movimento negro e a luta contra o racismo no Brasil, Abdias do Nascimento também discute a questão da branquitude e suas manifestações em diferentes regiões do país, incluindo o Nordeste. Esses aspectos adicionais contribuem para uma compreensão mais complexa das dinâmicas internas dentro do grupo racial dos brancos, evidenciando a interseccionalidade de identidades e diferentes experiências e privilégios dentro desse grupo racial.

EPISTEMICÍDIO

Destruição ou negação sistemática de saberes e conhecimentos que não são considerados legítimos ou válidos pelo sistema dominante de conhecimento. Esses saberes podem ser produzidos por grupos sociais marginalizados, como povos indígenas, comunidades tradicionais, minorias étnicas, entre outros. O epistemicídio ocorre quando esses saberes são silenciados, desvalorizados ou apagados pela imposição de uma única visão de mundo, geralmente associada ao colonialismo, ao racismo e outras formas de opressão. Essa noção, elaborada por Boaventura de Sousa Santos (2009), destaca a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de conhecimentos e perspectivas epistêmicas existentes no mundo, buscando superar o monopólio do conhecimento imposto pelo sistema hegemônico e promovendo a justiça epistêmica e a pluralidade de saberes.

EPISTEMICÍDIO RACIAL



Violência contra saberes e conhecimentos produzidos por grupos raciais marginalizados. Nesse contexto, o "não-ser" é construído como uma negação ou desvalorização sistemática da perspectiva e dos saberes desses grupos, especialmente no que diz respeito à sua identidade racial e cultural. O "epistemicídio racial" implica na exclusão, silenciamento ou distorção dos conhecimentos e experiências desses grupos, contribuindo para a manutenção das hierarquias raciais e para a reprodução do racismo estrutural na sociedade. Este conceito, proposto por Sueli Carneiro em sua tese de doutorado em 2005, destaca a importância de reconhecer e valorizar os saberes produzidos por comunidades racializadas, buscando combater a violência epistêmica e promover a justiça cognitiva e a pluralidade de perspectivas.

ESTRUTURAL, RACISMO (sub.)



A concepção de estrutura social associa-se à ideia de uma sociedade organizada a partir de fundações essenciais, sistemas que regulam as relações sociais e de produção dentro dessa sociedade. Algo que serve como base, fornecendo o suporte para que as relações se desenvolvam a partir dela, sob as regulamentações da estrutura fundacional. Dessa forma, o "racismo estrutural" posiciona o racismo como um eixo fundador das desigualdades e das interseções nas relações e nos espaços sociais.

ESTUDOS / CRÍTICOS DA BRANQUITUDE

Proveniente do termo em inglês "Critical Whiteness Studies", elaborado nos Estados Unidos em meados dos anos 1990, os estudos críticos da branquitude constituem uma área de pesquisa que inicialmente cunhou o termo "branquitude" para explorar o privilégio racial branco e suas especificidades. De acordo com Nayak (2007), esses estudos se fundamentam em três percepções: a branquitude é uma construção social que se transforma ao longo do tempo e do espaço; a branquitude representa uma norma social que sustenta diferentes privilégios implícitos; e a branquitude pode ser desconstruída para promover a melhoria da sociedade.

FRAGILIDADE BRANCA

A erupção dos sentimentos de raiva, dor e autodefesa de indivíduos brancos é conceituada por Robin DiAngelo (2018) como "Fragilidade Branca". Embora essas reações possam ser agressivas e extremas em situações de autodefesa, em que pessoas brancas são acusadas de atitudes racistas, o termo fragilidade se refere ao fato de que o limiar da reação extrema é frágil e facilmente atingido. A forma punitiva que essa reação pode assumir socialmente modula a resposta de indivíduos não brancos, resultando em uma espécie de dominação decorrente dessas atitudes exacerbadas. De acordo com a autora, a fragilidade branca envia a mensagem de que enfrentar e apontar o racismo em determinadas situações pode ser muito punitivo para pessoas não brancas.



GRAMÁTICA DA BRANQUITUDE

A expressão gramática refere-se a um conjunto de regras linguísticas destinadas a normatizar a escrita e a fala e, em última instância, a moldar sociabilidades e relações sociais. O termo gramática da branquitude expressa o emprego de recursos linguísticos a fim de normalizar uma suposta hierarquia racial, legitimando a ocupação de posições de poder por indivíduos brancos e marginalizando os indivíduos negros como "os outros". Essa regulação não se limita apenas à linguagem, mas também opera para determinar como os "outros" são percebidos socialmente. Assim, a redução da história da população negra, a imputação de anormalidade às pessoas não brancas e a construção e normatização da ciência entre as pessoas brancas são aspectos que permeiam e ajudam a compor a gramática da branquitude.

IDENTIDADE RACIAL

Entende-se por identidade racial a percepção social das características raciais ou étnicas de um indivíduo e como essa percepção influencia sua subjetivação, interação e posição na sociedade. Embora historicamente a discussão sobre identidade racial se concentre e se confunda com a discussão sobre a negritude, é importante reconhecer que a identidade racial se aplica a todas as pessoas. Visto que pessoas brancas são tomadas como ideal universal na maior parte dos padrões culturais da modernidade, a branquitude é uma identidade racial que passa a ser discutida de forma sistemática mais recentemente, contudo a noção de identidade racial abrange a compreensão das experiências e percepções de todas as raças, reconhecendo tanto os desafios enfrentados pelas identidades raciais não-brancas quanto os privilégios da identidade racial branca.

IGNORÂNCIA BRANCA

Ignorância Branca refere-se à falta de consciência dos indivíduos brancos sobre sua própria racialidade e seus privilégios associados. Essa ignorância se manifesta na incapacidade das pessoas brancas de reconhecerem e compreenderem como sua posição racial afeta suas vidas e as vidas das outras. Além disso, implica em uma percepção distorcida e desvalorizante dos conhecimentos, habilidades e experiências dos grupos não brancos, muitas vezes subestimando sua inteligência e astúcia. O conceito foi introduzido por Charles Mills em 1997.

INSTITUCIONAL, RACISMO (sub.)

Sob a compreensão de instituições como o acúmulo das normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, o racismo institucional refere-se à perpetuação do racismo dentro do âmbito das instituições e organizações da sociedade. Isso ocorre devido à presença de uma lógica racista que permeia os espaços de poder, onde há concentração de capital, gestão de organizações e liderança financeira predominantemente entre indivíduos brancos.

INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade é um termo amplamente utilizado em contextos militantes e tem ganhado popularidade nos últimos anos. Neste glossário, a interseccionalidade é compreendida como uma ferramenta analítica que examina questões sociais através de uma abordagem multifacetada. Isso significa que as análises consideram a interseção de diferentes formas de opressão e privilégio. Por exemplo, ao analisar questões de gênero e raça, uma abordagem interseccional desagrega as informações levando em conta não apenas classe, gênero e raça, mas também outros marcadores sociais relevantes.

MEDO BRANCO

O termo descreve um medo específico relacionado a uma possível revolta negra, influenciado historicamente pela Revolta Haitiana em fins do século XVIII. Ao tratar do tema no livro "Onda negra, medo branco", Celia Maria Marinho de Azevedo (1987) descreve o olhar das pessoas brancas sobre as negras, seres que precisavam ser domados devido à suposta proximidade à natureza animal. Lia Schucman (2014) atualiza esse conceito para o século XXI, relacionando-o com a inclusão e ascensão de pessoas negras em posições de poder.

MERITOCRACIA

A meritocracia é uma concepção que se baseia na ideia de que as posições de poder e sucesso na sociedade são alcançadas por mérito pessoal e esforço individual, ignorando as desigualdades de oportunidades enfrentadas pelas pessoas. Segundo essa perspectiva, aqueles indivíduos que não conseguem melhorar suas condições de vida não se esforçam o suficiente para alcançar o sucesso. No entanto, tal visão desconsidera os diversos fatores sociais que podem limitar as oportunidades de uma pessoa, como desigualdades de gênero, classe e raça. O argumento da meritocracia é frequentemente utilizado para se opor às políticas de ação afirmativa, especialmente no contexto do ensino superior. Alega-se que reservar vagas para grupos historicamente marginalizados pode comprometer o mérito das/os estudantes selecionadas/os por meio de vestibulares, pois supostamente estariam sendo beneficiadas/os sem mérito próprio. As políticas de ação afirmativa, por sua vez, não eliminam os critérios de seleção acadêmica, mas sim promovem uma reorganização do processo seletivo, permitindo que pessoas em situações desfavorecidas tenham uma chance mais equitativa de competir por vagas.

NANORRACISMO

Ações diárias quase imperceptíveis que permeiam e segregam indivíduos negros e brancos. Achille Mbembe (2021), em "Políticas de inimizade", focaliza as ações intencionais que desconsideram os indivíduos negros e menosprezam suas capacidades. Ao contrário da conceituação de "racismo à brasileira" (ver verbete), em que o racismo é muitas vezes percebido como prática sem intenção, no nanorracismo essas pequenas ações que delineiam "lugar de branco" e "lugar do negro" são intencionais e têm propósitos raciais de diferenciação.

PACTO NARCÍSICO DA BRANQUITUDE

Cida Bento (2022), em suas pesquisas sobre o mercado de trabalho com recorte racial, conceitua o "pacto narcísico da branquitude" como a aliança de subjetividades entre pessoas brancas que visa manter oportunidades, informações e redes sociais para preservar o privilégio branco. Em sua tese, ela explicita como esse conceito revela uma organização dos espaços para perpetuar a distribuição de oportunidades entre as pessoas brancas. O "pacto narcísico da branquitude" vai além do mercado de trabalho e se manifesta em relações de amizade, ambientes educacionais, entre outras dimensões. É importante destacar que o pacto narcísico da branquitude torna-se evidente principalmente quando há disputa por algum tipo de capital, levando os indivíduos brancos a se unirem para preservá-lo de modo exclusivo.

PATOLOGIA SOCIAL DO BRANCO BRASILEIRO

A patologia social do branco brasileiro, conforme Guerreiro Ramos (1957), refere-se à dissociação de indivíduos de pele mais clara no Brasil ao negar sua natureza mestiça, reivindicando uma identidade mais próxima do branco europeu. Isso ocorre por meio da utilização de dispositivos de separação e diferenciação em relação a indivíduos de pele mais escura. Guerreiro Ramos argumenta que essa patologia é mais prevalente nas regiões Norte e Nordeste do país, onde a presença significativa de pessoas pardas e pretas indica uma maior mestiçagem. Essa observação traz nuances adicionais para a compreensão racial regionalizada no Brasil, aspectos que foram posteriormente explorados por outras/os autoras/es (ver verbete "*diversidade branca*").

PERFILAMENTO RACIAL

Perfilamento racial ou *racial profiling* (em inglês), conceito comum nos estudos da área de criminologia, refere-se às abordagens policiais direcionadas pela raça ou cor do indivíduo. Nos estudos realizados nos Estados Unidos, observa-se que as pessoas brancas tendem a ser abordadas com menos frequência e com maior passividade em comparação com pessoas negras e latinas. Atualmente, o conceito também tem sido aplicado em outras áreas e situações, como o reconhecimento facial e a seleção aleatória de indivíduos para inspeção em aeroportos por meio de inteligência artificial, em que pessoas negras são mais frequentemente abordadas do que brancas.

PIGMENTOCRACIA

Segundo Edward Telles (2014), o termo pigmentocracia (*pigmentocracy*) refere-se à distribuição da discriminação racial por meio de uma divisão dos privilégios para indivíduos de peles mais claras, brancas, e menos privilégios para indivíduos de peles mais escuras. Através de um *continuum* de cor. Cunhado pelo antropólogo chileno Alejandro Lipschutz em 1944, o conceito destaca que a discussão sobre desigualdade social perpassa esse *continuum*, ou seja, a rede de privilégios de um indivíduo e a redução das desigualdades se encontram quanto mais próximo se está do polo branco.

POLÍTICAS DE BRANQUEAMENTO

O branqueamento é compreendido como o movimento de diluição étnica a partir do desconforto em ser uma pessoa negra e da tentativa de se assemelhar a uma pessoa branca. Em relação às políticas de branqueamento, estas referem-se a leis, regulamentações e incentivos públicos destinados a tornar a população mais branca, por meio de estímulos à miscigenação, subsídios e vantagens oferecidas a imigrantes brancos/os no início do século XX, e mesmo políticas invasivas, como a esterilização de mulheres negras. Em *Branqueamento do Brasil*, Andreas Hofbauer (2008) examina o processo histórico desse movimento desde suas origens no período colonial até suas manifestações contemporâneas e investiga como políticas governamentais, ideologias dominantes e práticas sociais contribuíram para promover a ideia de que a miscigenação e a imigração europeia poderiam "branquear" a população e melhorar o país.

POLÍTICAS DE REPARAÇÃO

O conceito de reparação implica na restituição de algo que foi retirado ou negado. No âmbito da justiça, a consideração de políticas de reparação envolve o reconhecimento de que determinadas populações foram privadas do usufruto de seus direitos. Ao abordar esses conceitos a partir de uma perspectiva racial, compreende-se que historicamente a população branca usufruiu dos benefícios, terras e outros recursos que foram retirados das populações originárias e das populações negras submetidas à escravidão no Brasil. Por outro lado, os danos da escravidão são reiterados até os dias atuais, refletidos em desigualdades profundas e sistêmicas em áreas cruciais como distribuição fundiária e saneamento básico, por exemplo. O escopo das políticas de reparação abrange uma variedade de medidas e ações para equalizar essas discrepâncias. No entanto, é crucial destacar que os avanços em relação a políticas e decisões judiciais que visam à reparação como ponto central são também resultados das lutas dos movimentos sociais negros e suas reivindicações.

PORTA DE VIDRO

A autopercepção racial de um indivíduo branco ao se reconhecer enquanto racializado, especificamente como pessoa branca, pode ser compreendida através da metáfora da porta de vidro elaborada por Edith Piza (1998). A autora se utiliza da metáfora de um indivíduo branco assustado ao deparar-se com uma situação dada (a porta), mas aparentemente não percebida (por ser de vidro) a fim de descrever a alienação do sujeito enquanto ser racial. No entanto, é importante ressaltar que a racialidade do indivíduo branco está presente na sociedade, embora não seja destacada para a percepção geral da mesma forma que a racialidade do ser indivíduo negro é.

PRIVILÉGIO

PRIVILÉGIO BRANCO

O privilégio branco refere-se à legitimação social da raça branca, na qual existe uma percepção contínua de autoridade, segurança e posição social supostamente inerente aos indivíduos brancos, permitindo-lhes experienciar a vida em sociedade sem serem questionados quanto ao seu direito de estar em determinados espaços, especialmente espaços de poder. De acordo com Lia Schucman (2018), existe uma normalização da riqueza para os indivíduos brancos e uma normalização da pobreza para os indivíduos negros. Isso resulta em um estranhamento quando essas associações são desafiadas, como no caso de uma pessoa negra em alta posição financeira, o que pode ser visto como anomalia e não como algo legitimado dentro da estrutura de classe.

R

RAÇA

O conceito de raça é frequentemente aplicado de forma biológica para categorizar os indivíduos com base em características físicas distintas. Porém, em contextos culturais, a noção de raça organiza os indivíduos em ordem hierárquica, muitas vezes associada a percepções de discriminação. Para estudos sobre desigualdade, a categoria raça é utilizada a fim de analisar as disparidades entre grupos populacionais. Socialmente, observa-se diferenças de renda, classe social e nível educacional entre esses grupos, resultado do racismo que historicamente estruturou as relações na sociedade. No entanto, é importante destacar que essas diferenças não estão relacionadas a uma suposta diferença biológica entre os grupos, mas sim às consequências de sistemas de opressão e discriminação.

RACISMO

O racismo é toda ação e toda crença baseadas em uma hierarquia presumida entre grupos étnicos e raciais. Nessa estrutura, os grupos brancos são considerados o padrão ideal de humanidade, enquanto os grupos não brancos são frequentemente desumanizados ou colocados em posições subalternas. Essa concepção não apenas justifica, mas também perpetua violências e a manutenção de grupos racializados em posições sociais inferiores. O racismo se manifesta através de diversas formas, desde discriminação institucionalizada até violência física e simbólica. Essas formas de racismo podem variar de acordo com o contexto cultural, histórico e político de uma sociedade. O racismo não é apenas um problema individual, mas também estrutural e sistêmico. Ele está enraizado em instituições e práticas sociais que preservam desigualdades e privilégios baseados na raça. Para uma compreensão mais abrangente do fenômeno do racismo, é essencial examinar e confrontar suas diferentes manifestações. Para mais informações sobre os tipos de racismo, consulte os verbetes relacionados.

RECREATIVO, RACISMO (sub.)

Associação do ser indivíduo negro com comédia de depreciação e do ridículo. Ocorre quando a identidade negra é usada como motivo de piada e entretenimento, retratando as pessoas negras de maneira estereotipada e caricatural. Essa forma de racismo recreativo não se limita apenas às mídias, mas também pode ser encontrada em músicas da cultura popular e em piadas do dia a dia. O racismo recreativo é prejudicial porque cristaliza estereótipos e preconceitos, bem como contribui para a marginalização e desumanização das pessoas racializadas, minando sua dignidade e igualdade de direitos.

SUPREMACIA BRANCA

A supremacia branca é uma ideologia sustentada pela crença na suposta superioridade inata de indivíduos brancos sobre outros grupos étnicos e raciais. Ao longo da história, grupos se organizaram politicamente para promover esses ideais, utilizando-se de reivindicações públicas, atos de violência e segregação como ferramentas de manifestação. Movimentos extremamente representativos da supremacia branca emergiram ao poder, do que são exemplo o nazismo e a Ku Klux Klan, grupo que exerceu influência significativa na política estadunidense. Esses grupos promoviam abertamente a discriminação racial, a violência e a exclusão de minorias étnicas. Atualmente, observa-se o ressurgimento de pautas supremacistas brancas em alinhamento com os partidos de extrema direita em diversos países. Esses movimentos políticos têm promovido uma retórica discriminatória e xenófoba, alimentando a polarização e a intolerância racial na sociedade. Além disso, há a formação de grupos independentes que revivem bandeiras históricas da supremacia branca, como o nazismo, disseminando discursos de ódio e promovendo ações violentas contra minorias étnicas. A supremacia branca continua a representar uma ameaça à igualdade, à justiça e à segurança de indivíduos e comunidades em todo o mundo, exigindo uma resposta firme e unida da sociedade e das instituições para o combate desta ideologia e promoção da inclusão e da diversidade.